



**Prefeitura Municipal de Carvalho**  
**ESTADO DE MINAS GERAIS**

C.P.L.  
Fls. 245

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 037/2020**

**CONTRATO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE CARVALHOS E A EMPRESA MARMER MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - EPP, TENDO POR OBJETO A EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA EM DIVERSOS LOGRADOUROS.**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARVALHOS**, Estado de Minas Gerais, com sede na Av. Esdras Thomaz Salvador, nº 295, Centro, nesta cidade, portadora do CNPJ nº 18.194.217/0001-45, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. Antônio de Pádua de Carvalho Moura, brasileiro, viúvo, aposentado, portador da Carteira de Identidade nº MG-731.955, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 079.302.086-72, residente e domiciliado nesse município, de ora em diante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, a seguir denominada **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **MARMER MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - EPP**, com sede na Rua José Melchiades, nº 2.432, Bairro Vila Nova, CEP 27.321-020, na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 19.169.675/0001-97, neste ato representada pelo Sr. Marcelo Merçon, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 106263189, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 004.192.667-63, residente e domiciliado na Rua José Melchiade3s, nº 2.432, Bairro Vila Nova, CEP 27.321-020, na cidade de Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, neste ato denominada **CONTRATADA**, de acordo com o Processo de Licitação nº 032/2020, Modalidade Tomada de Preços nº 002/2020, celebram o presente contrato administrativo, tudo em conformidade com a legislação em vigor, Lei Federal nº 8.666/93, que rege os contratos administrativos, sob as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para a execução de obras e serviços de engenharia elétrica, para a construção de extensão de rede de energia elétrica e iluminação pública, melhoria e ampliação do índice de iluminamento em diversas vias públicas do sistema de Iluminação Pública do Município de Carvalho, a saber:

- Rua Ana Ermelina Diniz;
- Rua Sebastião Leal Borges;
- Rua Pecuarista Paulo Diniz, esquina com Rua Professor Lourenço Amaral;
- Rua Sócrates da Silva Varginha.

1.2. As especificações para a execução do objeto contratado são as constantes do Projeto Básico - Anexo II e demais anexos da Tomada de Preços nº 002/2020, que deverá ser rigorosamente seguida pela CONTRATADA.

1.3. A execução das obras será feita em conformidade com a Proposta Comercial da CONTRATADA, datada de 31 de março de 2020, do Processo Licitatório nº 032/2020, a



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.  
Fls. 246

qual juntamente com o Edital e seus anexos são partes integrantes e inseparáveis deste Contrato, independente de transcrição.

1.4. No caso de acréscimos de quantitativos de itens contratados, serão observados, para estes quantitativos, os preços estimados pela Prefeitura Municipal de Carvalho, afetados pelo percentual de redução ofertado pela licitante contratada, na forma estabelecida na cláusula quarta deste instrumento, observado o inteiro teor da Lei Federal de nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO

2.1. A execução do objeto do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo responsável do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Carvalho, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2. Ficam reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no Processo e tudo o mais que se relacione com o objeto deste Contrato, desde que não acarrete ônus para o Município ou modificação deste instrumento.

2.3. As decisões que ultrapassem a competência do fiscal do Município de Carvalho deverão ser solicitadas formalmente pela CONTRATADA, à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através do fiscal, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

2.4. A CONTRATADA declara antecipadamente aceitar todos os métodos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

2.5. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao objeto deste Contrato, às implicações próximas e remotas perante a Prefeitura Municipal de Carvalho ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual em causa não implica em corresponsabilidade da Prefeitura Municipal de Carvalho ou de seus prepostos, devendo ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao Município dos prejuízos apurados e imputados por falhas em suas atividades.





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

*[Handwritten signature]*  
C.P.L.  
Fls. 247  
*[Handwritten signature]*

### CLÁUSULA TERCEIRA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES

3.1. A CONTRATADA será a única, integral e exclusiva responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza que causar à Prefeitura Municipal de Carvalho ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores. A fiscalização ou o acompanhamento da Prefeitura Municipal de Carvalho não exclui ou reduz essa responsabilidade da CONTRATADA.

3.2. A CONTRATADA se obriga a manter, durante a execução deste contrato, um representante formalmente credenciado junto à Prefeitura Municipal de Carvalho, para recepção de instruções, bem como, proporcionar à sua fiscalização e autoridades competentes, toda a assistência e facilidades necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

3.3. A CONTRATADA é a responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, e obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, entendendo-se como ônus tributários o pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições para-fiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo Poder Público.

3.4. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital TP nº 002/2020, bem como a:

- I - não subcontratar o objeto da presente Licitação, sem o consentimento prévio da Prefeitura Municipal de Carvalho, o qual será por escrito;
- II - responder, solidariamente, pelos atos praticados pela(s) firma(s) subcontratada(s), relacionados com o objeto deste Contrato;
- III - identificar com placa a obra, manter o local permanentemente limpo e instalar canteiro de obras;
- IV - executar as obras em dias úteis e em horário comercial, devendo qualquer outra situação ser comunicada e autorizada previamente pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho;
- V - não prejudicar o funcionamento das atividades normais da Prefeitura Municipal de Carvalho durante a execução das obras;
- VI - executar as obras em conformidade com as determinações das Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);
- VII - contratar, por sua conta, todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste Contrato;

*[Handwritten signature]* *[Handwritten signature]*



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.  
Fls. 248

VIII - promover por sua conta a cobertura, através de seguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem, na execução do objeto deste Contrato, devendo reparar e indenizar danos de qualquer natureza causados da Prefeitura Municipal de Carvalho ou a terceiros, provenientes da ação ou omissão sua ou de seus prepostos, na execução das obras contratadas ou delas decorrentes;

IX - compete ainda à CONTRATADA:

- a) Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho;
- b) Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho às obras em questão;
- c) Cientificar, imediatamente, à fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no canteiro de obras;
- d) Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou imperfeições dos trabalhos, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho;
- e) Atender as medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da Prefeitura Municipal de Carvalho;
- f) Apresentar o comprovante da devida ART paga junto ao CREA-MG, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de recebimento do ofício de autorização para o início da execução contratual.
- g) Não bloquear garagens nos locais das obras.

X - A Contratada garante que:

- a) Antes da apresentação de sua proposta comercial, tomou conhecimento das normas e diretrizes da Prefeitura Municipal de Carvalho, providenciando a obtenção de todas as informações necessárias sobre as condições e peculiaridades dos locais, devidamente consideradas na composição das obras inerentes ao caso;
- b) Vistoriou os locais das obras, objeto deste Contrato, conforme documento obtido junto ao setor de obras da Prefeitura Municipal de Carvalho;
- c) Qualquer falha na pesquisa minuciosa dos locais da obra ou de suas condições, não a isenta da responsabilidade da avaliação correta dos seus orçamentos, planejamento de serviços e de arcar com os eventuais prejuízos consequentes;

XI - Ocorrendo evento motivador de paralisação da execução contratual, este deverá ser comunicado à Prefeitura Municipal de Carvalho, formalmente, em até 24 (vinte e quatro) horas de suas ocorrência.

XII - Durante a execução das obras a Contratada deverá observar o prescrito na legislação vigente, quanto ao gerenciamento de resíduos das obras, se houver.

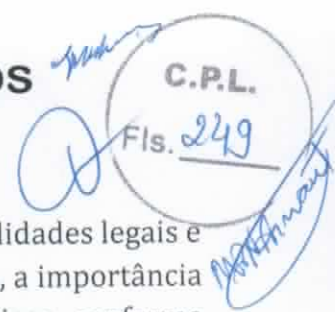
### CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS



4.1. Pela execução do objeto deste Contrato, uma vez obedecidas às formalidades legais e contratuais, da Prefeitura Municipal de Carvalho pagará à CONTRATADA, a importância de R\$53.800,00 (cinquenta e três mil reais), mediante medição de serviços, conforme preços unitários pactuados que integram a Proposta Comercial do Edital TP 002/2020, a saber:

Item 01 – Rua Ana Ermelina Diniz – R\$16.000,00 (dezesesseis mil reais);

Item 02 – Rua Sebastião Leal Borges – R\$20.000,00 (vinte mil reais);

Item 03 – Rua Pecuarista Paulo Diniz, esquina com Rua Professor Lourenço Amaral – R\$10.000,00 (dez mil reais);

Item 04 – Rua Sócrates da Silva Varginha – R\$7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

4.2. Os pagamentos serão efetuados pela Prefeitura Municipal de Carvalho, mediante medição dos serviços efetivamente executados em cada etapa do Contrato, conforme preços unitários pactuados que integram o Anexo A da Proposta Comercial – Anexo I, no 30º (trigésimo) dia corrido a contar da data final do período de adimplemento de cada etapa da obrigação, mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, desde que obedecidas às formalidades contratuais e legais pertinentes, em especial os itens 7.6 e 18 do Edital.

4.3. O preço fixado no item 4.1 desta cláusula, será fixo e irrevogável.

4.4. Caso venha a ocorrer o aditamento do Contrato, na forma prevista no §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, os acréscimos de quantidades serão remunerados, tendo como base, o menor preço unitário apurado entre a Planilha Orçamentária – Anexo A do Projeto Básico – Anexo II, e a Proposta da licitante vencedora.

4.5. Em caso da necessidade de aditar e ou suprimir itens deste instrumento, deverá ser observado o disposto na Lei Federal de nº 8.666/93 e posteriores alterações.

4.6. No caso de acréscimo de serviços que implique em aumento de custos indiretos de administração local da obra, este aumento deverá ser detalhadamente justificado pela CONTRATADA na elaboração do termo aditivo, devendo-se manter, no máximo, o mesmo percentual dos custos de administração local em relação ao total dos custos diretos inicialmente contratado.

### CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO

5.1. A presente despesa, no valor global de R\$53.800,00 (cinquenta e três mil e oitocentos reais), correrá por conta da Dotação Orçamentária vigente:

4.4.90.51.00.2.04.00.15.752.009.1.0013 – Ampliação de Rede Elétrica Urbana

### CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fls. 250

6.1. O prazo de execução do Contrato que decorrer desta Licitação será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, sendo o prazo de execução das obras de 60 (sessenta) dias, a contar da data da aprovação e liberação do projeto pela Concessionária de Energia Elétrica- Cemig-

6.2.O prazo vertente poderá ser prorrogado, mantidas as demais cláusulas deste Contrato e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93, devidamente autuado em processo.

### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, as penalidades são as previstas nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições legais e complementares vigentes.

- a) Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de execução de cada etapa dos serviços, na forma estipulada no Cronograma Físico-Financeiro da Proposta Comercial – Anexo I, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.
- b) Multa administrativa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor global do Contrato, nas demais hipóteses de inadimplemento ou infração de qualquer natureza, seja contratual ou legal.

7.2.As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que o Município de Carvalho rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

7.3.As multas administrativas e moratórias aplicadas à licitante adjudicatária serão desconsideradas da garantia prestada pela Contratada e, caso a multa aplicada seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do artigo 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito da Prefeitura Municipal de Carvalho, a qualquer tempo, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos e forma previstos nos artigos 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado o contraditório e a ampla defesa.





# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fls. 251

8.2.No caso deste Contrato vir a ser rescindido por dolo ou culpa da CONTRATADA e se a rescisão provocar dano à Prefeitura Municipal de Carvalho, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento dos danos.

8.3.Fica facultado a Prefeitura Municipal de Carvalho, em qualquer hipótese, aplicar as sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, assegurado ao Contratado, prévia defesa.

8.4.De qualquer penalidade que venha a ser imposta à CONTRATADA, caberá recurso, na forma da legislação aplicável e pedido de reconsideração ao Prefeito da Prefeitura Municipal de Carvalho, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

### **CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO**

9.1. Executada cada etapa da obra, o seu objeto será recebido:

a)Provisoriamente pelo Setor de Obras da Prefeitura Municipal de Carvalho, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA acusando o término das obras.

b)Definitivamente pelo Prefeito Municipal, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento provisório, a que se refere o parágrafo anterior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE TRABALHISTA**

10.1.Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o MUNICÍPIO e os agentes, prepostos, empregados ou demais prestadores de serviços da CONTRATADA, designados para a execução do seu objeto, sendo a CONTRATADA a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

10.2.Compete exclusivamente à CONTRATADA, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.



# Prefeitura Municipal de Carvalho

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fls. 252

10.3. Fica a CONTRATADA obrigada a comunicar o MUNICÍPIO, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados ao MUNICÍPIO.

10.4. Vindo o MUNICÍPIO responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da CONTRATADA, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizado a, mediante simples comunicação escrita, reter os créditos de titularidade da CONTRATADA, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em face da insuficiência de créditos, o MUNICÍPIO poderá acionar a CONTRATADA.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A CONTRATADA, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer encarregado, assume inteira responsabilidade, respondendo por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao MUNICÍPIO, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e penalidades previstas neste Contrato, resguardando-se ao MUNICÍPIO o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

11.2. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do MUNICÍPIO, nos termos desta cláusula, deverão ser pagos pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, mediante a adoção das seguintes providências, até o limite necessário ao seu pleno ressarcimento:

- a) Dedução de créditos da CONTRATADA, decorrentes dos serviços prestados;
- b) Medida judicial apropriada, a critério do MUNICÍPIO.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

12.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA terão garantia de 12 (doze) meses, devendo neste prazo refazer qualquer serviço defeituoso e para lâmpadas de LED, se houver, 05 (cinco) anos, conforme legislação vigente.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1. Obriga-se o MUNICÍPIO a publicar na Imprensa Oficial, às suas expensas, o extrato do presente CONTRATO, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da sua assinatura, para dar-lhe a devida eficácia.





# Prefeitura Municipal de Carvalhos

## ESTADO DE MINAS GERAIS

C.P.L.

Fis. 253

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PROJETO ELÉTRICO

14.1. Será de responsabilidade do Município a elaboração e fornecimento do Projeto elétrico, cabendo ao CONTRATADO encaminhar e acompanhar sua tramitação para aprovação junto a Concessionária CEMIG.


14.2. Caso o projeto seja reprovado e ou necessitar de reparos técnicos, caberá ao Município tais providências.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

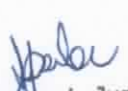
14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Aiuruoca - MG, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Carvalhos/MG, 14 de abril de 2020.

  
**Município de Carvalhos**  
**Antônio de Pádua de Carvalho Moura**  
**Prefeito Municipal**  
**Contratante**

  
**Marmer Manutenção Industrial Ltda. - EPP**  
**Marcelo Merçon**  
**Contratada**

  
Visto Assessoria Jurídica  
Adriano José Senador  
OAB/MG 54.948

Testemunhas:

CPF:

004.200.497/70

CPF:

582.200.746-04